



António Pedro de Andrade Dores é sociólogo, Doutor em Sociologia. Departamento de Sociologia do ISCTE, do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Estuda a instabilidade pessoal e social própria da vida em contraponto à noção de conflito social como ruptura ocasional e esporádica da estruturação social.

Como citar esse texto: DORES, A. P. A. Limites cognitivos das ciências sociais e do senso comum. *VIRUS*, São Carlos, n. 17, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=4&lang=pt>>. Acesso em: 16 Dez. 2018.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Resumo

As ciências sociais, como o senso comum, não têm sido suficientemente enfáticas na condenação do mal que representa o sistema penitenciário. Às ciências sociais repugna o biologismo, o carácter biológico da humanidade, e a ideologia, o modo como as elites iludem as populações submissas e que as teorias sociais integram. António Damásio, a partir da biologia da mente, desafia as ciências sociais a considerarem a natureza humana: o nosso fundo emocional que sustenta a consciência, como distintos níveis de realidade existencial assente nos corpos e na vida de que somos um resultado. A ruptura científica proposta por Damásio admite uma nova luz sobre o desempenho moral das prisões modernas: como o fundo emocional das penas (retaliador) sustenta a (boa ou má) consciência (jurídica e social) que institucionaliza as penitenciárias? A partir das ciências sociais, este artigo apresenta uma crítica dos fundamentos teóricos que estão na base da dificuldade epistémica e institucional de admitir e potenciar a colaboração entre as ciências sociais e as ciências naturais, participando na crítica que Damásio faz à teoria biológica.

Palavras-Chave: Homeostasia, Prisões, Moral, Teoria social, Hierarquia, Natureza, Fronteiras

1 Introdução

A vida não é mais do que um movimento dos membros [...] pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro (HOBBS, *Leviatã*, 1650 *apud* FEDERICI, 2017, p. 238).

As ciências sociais, como o senso comum, não têm sido suficientemente enfáticas na condenação do mal que representam o sistema penitenciário ou o efeito de estufa da atmosfera. Colocam-se a si mesmos num patamar intermédio de realidade, inibindo-se de pensar abaixo dele (a natureza biológica das sociedades e

das pessoas) e acima dele (doutrinas jurídicas e morais produzidas por elites). Inibindo, nesse processo, o desenvolvimento de pensamento científico e a capacidade de intervenção.

Às ciências sociais repugna o biologismo, a ideologia, alegando a especificidade do seu objecto de estudo e os limites deontológicos do seu método. Os resultados práticos de tal consenso são desafiados por António Damásio, que a partir da biologia da mente desafia toda a ciência, incluindo as ciências sociais.

Damásio parte de um entendimento holístico do ser humano, denunciando Parsons e Harari pelo uso cibernético que fazem da teoria de sistemas, alheando-se da presença evidente das pessoas vivas mergulhadas num meio ambiente, em evolução conjunta. A complexidade, reclama o primeiro autor, não pode ficar refém de preconceitos sobre a falsa estanquicidade dos limites do sistema nervoso central. Neste artigo usamos o caso das prisões para recusar, igualmente, a sua estanquicidade e alheamento relativamente ao meio social de que são parte. Serão as teorias sociais capazes de participar auto-criticamente, em colaboração e cooperação com as ciências naturais, para dar maiores oportunidades ao desenvolvimento de melhores teorias sobre as fronteiras dos sistemas?

2 Escolas, hierarquias e repressão

August Comte (1864) propôs considerar a existência de uma relação estrutural entre a evolução social e a capacidade e competência cognitivas das pessoas em sociedade. A sua filosofia positiva foi uma forma inovadora de organizar o ensino, numa era em que, segundo o criador da expressão sociologia, estavam reunidas condições sociais jamais alcançadas antes, capazes de sustentarem o pensamento racional e utilitário. O ensino da filosofia positiva deveria servir para divulgar o novo conhecimento, como forma de aproveitar a oportunidade oferecida pela evolução social para superar a metafísica. Para evitar as guerras partidárias e as lutas políticas, desgastantes, violentas e inúteis, para resolver os problemas práticos.

Ainda hoje, a ideia de a escolaridade ser um antídoto à violência e aos desvarios da política tem crédito generalizado. Após a implosão da União Soviética, cujo regime era inspirado na luta política de Karl Marx pelo fim da luta de classes, pela criação de um homem novo educado para o comunismo, a escola passou a ser concebida à margem da ideologia e da política.

As escolas e os professores sofrem das culpas (e dos méritos) de prevenirem a generalidade dos problemas sociais, desde o controlo da sexualidade, o consumo de drogas, até à criminalidade e ao aquecimento global. Estando encarregues de contrariar as desigualdades sociais, neutralizando os efeitos práticos das diferentes origens sociais dos alunos, espera-se dos professores a capacidade de, sozinhos, minimizarem os defeitos da vida em sociedade (WILKINSON; PICKETT, 2009).

Em cada vez mais países, a longa escolaridade universal, incluindo o ensino das ciências, é um facto. Continua a parecer claro devermos tratar como seres humanos de primeira as pessoas mais qualificadas e do género certo (ainda há poucos anos, havia um consenso sobre a maior dificuldade das mulheres pensarem bem e agirem em conformidade; provada a falsidade desse consenso, as mulheres continuam discriminadas em relação aos homens). Logo, o sistema educativo, além de constituir uma esperança de melhoria do funcionamento social, é uma forma de justificar a hierarquização social por via do mérito escolar, condicionado também ao género. Género entendido em sentido lato: género sexual e género de classe social também, incluindo género étnico.

As escolas desenvolvem e certificam os níveis das competências cognitivas de, virtualmente, toda a gente. As hierarquias de mérito cognitivo, idealmente, deveriam ser homólogas às hierarquias de responsabilidade, de influência, de prestígio e de rendimento. A sociologia identificou distorções organizativas das finalidades institucionais das escolas (BOURDIEU; PASSERON, 1970): os professores reproduzem nas escolas a sua própria cultura, como é natural. Desconhecem e ou discriminam outras culturas, consideradas como ignorantes ou disparates sem sentido, como forma de auto-afirmação da sua própria competência cognitiva, sempre em teste e em crise (BOURDIEU, 1979; ITURRA, 1990a, 1990b).

A hierarquização funciona também entre estados, cujas nações são representadas de forma estereotipada, como se fossem pessoas. Os nacionais de um país podem ser tratados, melhor ou pior, como se todos os concidadãos fossem iguais entre si (inteligentes, qualificados, ricos, violentos, ou o seu contrário, conforme o carácter atribuído ao seu povo). Como é o caso dos nacionais dos países nórdicos e dos países africanos, ou simplesmente pessoas de tipo nórdico ou africano, em Portugal. Uns preconceituosamente tomados como potencialmente superiores e outros como potencialmente inferiores, na hierarquização entre países atribuída por influência de ideias como as de Max Weber (2005), sobre a superioridade moral dos protestantes, ou as colonialistas, sobre a supremacia branca. As políticas racistas actualmente em ascensão na Europa e nos EUA fundam-se precisamente na alegada imoralidade de misturar, de forma liberal, as hierarquias nacionais e internacionais. Toda a política europeia, desde há décadas, explora, a nível político e também judicial, esta

vertente das culturas nacionais, constituindo o que se chama racismo institucional (JAKOBS; MELIÁ, 2003; PALIDDA; GARCIA, 2010).

A moral racista, portanto, alega que as disfunções sociais e políticas serão agravadas pela mistura de culturas com origem na assimilação forçada, nuns casos, e no multiculturalismo, noutros casos. A solução, para os racistas, são os muros (penitenciários, de centros de acolhimento de imigrantes, proibição de auxílio a estrangeiros, expulsão de estrangeiros) que tornem estanques as culturas diferentes. Essa política permite aos grupos de votantes mais vulneráveis, ao aderirem ao racismo político, sentirem-se e representarem-se como (internacionalmente, imaginariamente) superiores à parte da população que não pode votar (por não serem nacionais), em especial os trabalhadores de estatuto migratório recente, ainda sem direito a nacionalidade, ou, de forma mais lata, todos os que possam ser apresentados como hierarquicamente inferiores à luz das hierarquias nacionais.

O racismo político explícito está a tomar o terreno estrumado pelo racismo tácito e organizacional. Eric Holder, Procurador-Geral norte-americano que serviu no tempo do presidente Obama, interrogado num *Late Show* da cadeia de televisão CBS, nos últimos dias de Julho de 2018, reconheceu ser verdade que a separação de crianças filhas de imigrantes das suas famílias era prática no tempo em que teve responsabilidades políticas. Obama foi o presidente dos EUA que mais imigrantes deportou. Holder salientou, porém, que, no seu tempo, não havia uma política oficial, emanada da Casa Branca, para fazer dessas separações torturadoras de crianças uma forma de dissuasão da imigração.

Nos mandatos anteriores, o racismo institucional nos EUA (incluindo Guantanamo ou Abu Ghraib (BUTTERFIELD, 2004)) prevalecia (contra ou não a vontade do Presidente). Com Trump, o racismo institucional ganhou foros de cidadania, como no tempo de George W. Bush os torturadores passaram a ser uma profissão reconhecida oficialmente. Também na Europa, antes ser acusada de violar os direitos humanos dos imigrantes, as polícias já praticavam oficiosamente políticas racistas e colaboravam com a CIA, no caso das prisões secretas.

O que terão as ciências sociais a ver com a manutenção de políticas racistas e contra os direitos humanos, nos países ocidentais, em particular nas prisões (WACQUANT, 2000), e com o suporte que constituem para a emergência de regimes totalitários? Serão, de alguma forma, as ciências sociais cúmplices do alheamento dos cidadãos da vigilância sobre as políticas repressivas, organizadas profissionalmente (GARLAND, 2001) ou politicamente assumidas, como acontece actualmente com a vaga de direita em várias partes do ocidente?

3 Da hierarquização nas ciências

Damásio (2017) critica Parsons por, ao fazer sociologia inspirado na biologia, pensar uma sociedade de sistemas sem pessoas de corpo inteiro. Mouzelis (1995) nota como as bases epistémicas do sociólogo clássico norte-americano são mantidas intactas pelos seus críticos mais qualificados, influenciando as ciências sociais em geral. O processo consiste em reduzir as pessoas e os factos a estatísticas, a ideais tipo, a indivíduos parametrizáveis por inquéritos ou entrevistas, mas não biológicos. Hariri (2018), referindo-se às teorias de sistemas usadas nas ciências da computação, constata a emergência de uma religião dos dados, igualmente evidente nas ciências sociais divididas, especializadas em disciplinas e subdisciplinas sem diálogo ou conhecimento entre si (LAHIRE, 2003). Mouzelis verifica a prática recorrente de, sobre a informação produzida sob a forma de dados, sobre as operações de redução que isso implica, os sociólogos procedem a reificações, isto é, interpretações dos dados como quem preenche as suas lacunas com imaginação, com ideologias retoricamente satisfatórias. Kuhn (2016) refere-se ao mesmo como uma prisão intelectual: critica o pensamento (pré-)ocupado e crítico afirmativo, ideológica e profissionalmente vinculados a mentores e escolas de pensamento rivais, transformando as ciências sociais num campo de disciplinas e sub disciplinas estanques entre si e relativamente o exterior, em particular a respeito das ciências naturais e da biologia. Lahire (2012) analisa a noção de campo de Pierre Bourdieu para notar como ela trata das disputas de poder, como se os envolvidos tivessem surgido do nada: como se nunca tivessem sido crianças e nunca serão velhos; como se, no presente, não lhes fosse indispensável cuidar do corpo e da identidade pessoal e social com que se apresentam aos íntimos e mais próximos, com quem não estão em posição de disputar o poder. Therborn (2006) nota os resultados práticos dessas orientações no trabalho entretanto realizado, concentrado nas questões de poder, e secundarizando exageradamente, por exemplo, problemas de saúde e de género.

A situação, neste início de século, torna a intervenção de António Damásio, um neuro-cirurgião filósofo e divulgador de ciência, particularmente relevante. Também ele acredita na educação como forma de reformar o mundo. Mas na condição do pensamento divulgado ser mais correcto, mais científico, mais humanista. Nomeadamente, no campo da biologia, há que rectificar a ignorância ideologicamente desenvolvida de desqualificação da vida considerada inferior (as células dos corpos dos animais superiores, as bactérias que vivem simbioticamente nas nossas vísceras, os sistemas nervosos reticulares e não centralizados, que são evolutivamente primeiros em relação ao sistema nervoso central, as emoções que conduzem os corpos e as

mentes animais e humanas, etc.). No campo das ciências sociais, o autor recomenda que não se persista em abandonar a consideração da vida humana, na base do nosso trabalho (DAMÁSIO, 2017), lembrando-nos também do caminho não percorrido no diálogo entre culturas científica e humanista, desde a chamada de atenção de Lord Snow (1956). Diálogo bloqueado, ainda hoje, pelas acusações de cumplicidade da biologia com o nazismo (SACARRÃO, 1982).

A naturalização das hierarquizações, na biologia como nas ciências sociais, ideologicamente orientadas para evitar questionar o mérito dos órgãos superiores, biológicos e sociais, estará a ter efeitos culturais e organizativos que podem estar a favorecer o vingar do racismo político, como melhor se verá adiante a respeito do alheamento-isolamento social das prisões. Estarão as escolas e as universidades em condições de combater o racismo nas culturas ocidentais? Estarão os investigadores biólogos e sociais conscientes dos efeitos práticos, cognitivos, institucionais, culturais, da falta de discussão do melhor entendimento do que sejam, naturalmente e ideologicamente, os níveis de realidade (DORES, 2005)?

4 Recuperar as ciências para a luta contra as discriminações

A grande batalha de Damásio (1994) é contra a ideia comum, fixada classicamente por Descartes, de haver um pensamento independente dos corpos. Ideia que admite ficções transumanistas (HARARI, 2018), baseadas, nomeadamente, na redução de todos os fenómenos naturais a algoritmos, como os usados na Inteligência Artificial, pressupondo precisamente que há conhecimento independente dos corpos, como os religiosos também ensinam, a respeito das almas ou espíritos.

O transumanismo, como a religião hierarquizante, ajuda a amesquinhar as pessoas perante a Tecnologia ou o Algoritmo, quais Deus-ex-machina. A humanidade está, a seus olhos, ameaçada de substituição por meios artificiais, por robots, métodos de reprodução artificial, nano tecnologias intimamente invasivas, etc., ao serviço do capitalismo.

Usando a concepção consumista de prazer, que é manter o corpo tão parado quanto possível para servir de base material para toda a espécie de serviços e de entrega de mercadorias capazes de animar a economia, o transumanismo imagina a transferência da inteligência humana para as máquinas de tal modo que as pessoas deixariam de pensar, por comodismo. As emoções que estariam na base das guerras, e das torturas, deixariam de nos incomodar, cumprindo-se assim o sonho de Comte de acabar com a política – sonho esse partilhado actualmente por grande parte das pessoas que dedicam à política sentimentos de alheamento ou mesmo repugnância. Nesse sentido, as máquinas constituem uma enorme vantagem por serem inteligentes sem serem emocionais, e sem terem direitos políticos.

Médicos, pilotos de avião, consultores de gestão, estratégias militares, cientistas, todos poderão vir a ser dispensáveis, caso as máquinas inteligentes aprendam a aprender. O desemprego seria generalizado e, caso o clima se tornasse insuportável, a espécie humana poderia extinguir-se que as máquinas seriam a nossa herança para a inteligência cósmica.

Contra-pondo-se ao transumanismo, o último passo da reflexão de Damásio (2017) no campo da biologia mostra que a) ao contrário do que aconteceu na primeira metade do século XX, a teoria da evolução pode ser, actualmente, um aliado relevante na luta contra os totalitarismos que voltam a ameaçar o mundo; b) a especialização disciplinar nas ciências, e a sua hierarquização, são obstáculos ao trabalho científico e ao combate aos preconceitos de senso comum que a própria ciência reproduz.

O autor luso-americano insiste que a consciência não existe sem corpo, embora seja vulgarmente representada fora do corpo. A homeostasia, apresentada no seu trabalho anterior como um écran virtual de um computador gerido pelo cérebro, função capaz de unir a vontade particular das células individuais e relativamente autónomas que se agrupam ordeiramente para co-constituir um animal superior, é apresentada de outra forma neste último trabalho.

A homeostasia, além de ser uma imanência da vida, de complexidade proporcional à complexidade dos corpos a que esteja associada, é apresentada agora também como uma essência: a essência da vida, tal como a gravidade foi para Newton a essência do universo e da matéria. A homeostasia é a tendência negantrópica que torna a vida diferente da química inorgânica. A homeostasia é a capacidade de manutenção e de projecção no tempo da existência dos organismos vivos: é o sopro de vida que invade todo o corpo, ao mesmo tempo que se constitui evolutivamente em consciência.

A homeostasia envolve a vida numa dialéctica essência-imanência que percorre virtualmente cada um dos seres vivos. Admitindo, a hipótese de a sociabilidade ser parte integrante do modo como a vida inteligente se estabelece (DAMÁSIO, 2017; DORES, 2005), observa-se um esticar evolutivo entre os níveis básicos de vida (os seres unicelulares) e a conquista de níveis mais elevados para a experiência da vida. Os sentimentos de

medo e a ânsia mística de aceder a níveis de realidade cada mais elevados (DIEL, 2004; DORES, 2011) podem, deste modo, passar a ser tratados como objectos de estudo das ciências, e não só das humanidades.

A homeostasia percorre a vida das bactérias, a que muita gente ainda chama micróbios doentios. Percorre a vida dos seres humanos, promovendo a ligação entre as miríades de células que constituem os nossos corpos, as ainda mais miríades de bactérias que vivem em simbiose desejável com as nossas vísceras, os tecidos, os órgãos, os sistemas fisiológicos e anatómicos, tornando-os solidários uns com os outros sob a batuta do instinto de sobrevivência, incluindo o instinto de reprodução capaz de projectar no futuro a experiência de organismos desgastados. A homeostasia também deve ser considerada, insiste Damásio, nos estudos sociais, em vez de insistir no isolamento entre os fenómenos sociais e a vida biológica.

O pensamento racional, diz Damásio, não pode dispensar as emoções de que é a expressão evolutiva mais sofisticada. Os seres superiores são o modo como as nossas vísceras (organizadas por um sistema nervoso reticular) desenvolveram capacidades de auto protecção face ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, de transporte e procura de alimentos, usando os sistemas cerebral-muscular-esquelético para o efeito. O progresso da homeostasia, no caso da espécie humana, à semelhança de muitas outras espécies animais, desenvolveu um cérebro capaz de aumentar as probabilidades de persistência no tempo e projecção no futuro da vida... visceral. A especificidade da nossa espécie fez evoluir um pensamento baseado em linguagens, por sua vez capazes de usar próteses, como os livros, os computadores e a Internet. A autonomização desse pensamento relativamente à vida, às emoções, de onde emergiram, é uma ideia religiosa muito divulgada, inclusive no meio científico. Por isso, Comte também imaginou ser possível abolir a razão política e as emoções, como os anti-clericais foram capazes de convencer meio mundo de que a religião seria extinta espontaneamente pela modernização, ou, como no pós-guerra, se imaginou que a abolição da escravatura se estenderia naturalmente pela abolição das prisões (DAVIS, 2005), bem como agora os transumanistas projectam no futuro as discussões que querem evitar no presente, como as discriminações de género e o racismo.

5 Natureza humana

A espécie humana caracteriza-se pela sua mente recursiva (CORBALLIS, 2011), pela possibilidade - necessidade de representação do tempo: um passado constituinte de identidades incorporadas que se projecta em e é alimentado por um futuro de expectativas mais ou menos elevadas. Corballis compara esta característica singular humana com uma casa de espelhos numa feira. Cria uma infinidade de imagens mutuamente reflectidas que servem de (des)orientação às pessoas. As culturas são, então, modos particulares socialmente partilhados de lidar com as dificuldades e potencialidades desta característica humana, que faz de nós seres extraordinariamente conscientes e adaptáveis.

O estudo das culturas, por sua vez, revela complexidades maiores, do tipo espectral, como as identificadas por Charles Cooley e retomadas por George H. Mead (1930), conhecidas, nas ciências sociais, sob a designação de *self*. Construção social das identidades de cada pessoa, em função das respectivas sociabilidades e tipos de interacção, susceptíveis de serem ordenadas hierarquicamente (BOURDIEU, 1979), sobre os sacrifícios de muita gente (PECK, 2001; SCOTT, 2013).



A hierarquização social, como notou Max Weber, é positiva e negativa. Há pessoas que vivem banhadas em meios sociais positivos, superiores, mais defendidos das vicissitudes da existência. Tal como há pessoas particularmente vulneráveis à natureza e, também, às outras pessoas.

Damásio contesta o facto de, na biologia, o estudo do cérebro monopolizar o estudo da consciência e da inteligência. Reclama por se chamar segundo cérebro ao sistema nervoso que regula as vísceras, alegando que esse sistema é o primeiro, em termos evolutivos. O segundo, centrado no cérebro, só pode ser formado a partir do primeiro. Só faz sentido por servi-lo. Mais importante do que a hierarquização dos dois sistemas nervosos é o facto de ambos estarem integrados de forma coesa num mesmo corpo. Corpo de onde emerge o pensamento, não a partir do cérebro mas da experiência e das sociabilidades do corpo todo, tanto naquele momento como anteriormente.

O neuro-cirurgião filósofo trata da teoria social em poucas linhas:

Talcott Parsons [...] invocou o conceito de homeostasia em relação aos sistemas sociais, mas nas suas mãos, o conceito não estava ligado nem à vida nem aos sentimentos. Parsons acaba por ser um bom exemplo quanto à negligência dos sentimentos na concepção das culturas. [...] nem aos sentimentos, nem a indivíduos propriamente ditos (DAMÁSIO, 2017, p. 43 e 231).

As ciências sociais têm sobretudo desenvolvido os estudos sobre o poder (o equivalente a um cérebro social organizado em redes de sociabilidades cujas ligações biológicas se poderão um dia melhor descrever, se as propostas de Damásio vingarem (DORES, 2005)) negligenciado a contribuição dos cuidados prestados para a produção de identidades e expectativas, sobretudo os prestados pelas partes menos valorizadas das sociedades (LAHIRE, 2012; THERBORN, 2006). De modo semelhante, pode dizer-se que, na história da biologia, ficaram prejudicadas as sociabilidades e as culturas que organizam melhores e piores organismos, melhores e piores estados de bem-estar, já que tais estados são produzidos a nível visceral, tomado como autónomo e irrelevante ao funcionamento alegadamente algorítmico do cérebro. À desqualificação dos aspectos homeostáticos e sociais da vida, na biologia, corresponde, nas ciências sociais, a desqualificação dos saberes normativos e doutrinários, tomados como fixos, naturais, eternos, indiscutíveis, e, ao mesmo tempo, estigmatizados como ideológicos, falsos, meras representações sem base material.

A biologia não trata ou reconhece a importância das emoções imanentes nem das sociabilidades incorporadas. As ciências sociais alheiam-se do estudo da densidade biológica das pessoas, o repugnante biologismo, e das ideologias, ao mesmo tempo idolatradas e fixadas segundo a fórmula weberiana da neutralidade axiológica. Biologia e ciências sociais prostram-se a admirar aquilo que as ideologias de senso comum consideram superior, a saber, o cérebro e o poder, como quem deita os olhos ao Céu à procura das suas raízes. Mas, claro, as raízes reflectem-se no ar mas vivem debaixo do solo.

Será que estamos, na biologia e nas ciências sociais, como a física pré-Einstein? Newton descobriu um algoritmo mecânico, a gravidade. Inviável para explicar, seja o Big Bang (a substância da matéria), seja a elevação da matéria em vida. Einstein avançou para os buracos negros e as ondas gravitacionais, que estão longe de responder aos problemas essenciais, mas que são um caminho para a elevação do conhecimento.

Na biologia, como nas ciências sociais, o tratamento do cérebro, num caso, e das lutas pelo poder, no outro, como práticas isoladas e autónomas do resto dos corpos (em particular, do sistema nervoso das vísceras) e das sociedades (por exemplo, as prisões, onde se cuidam e identificam os presos como criminosos) resultam e são resultado de orientações morais:

[...] os processos intelectuais puros prestam-se a um relato algorítmico e não parecem estar dependentes do substrato. [...] Ao remover o atual substrato químico para o sofrimento e para o seu oposto, o prazer e o florescimento, estaríamos a remover a base natural dos sistemas morais de que atualmente dispomos (DAMÁSIO, 2017, p. 277).

O autor refere-se directamente àqueles que imaginam/desejam um futuro em que “uma casta de super-humanos [...] trate os humanos comuns da mesma forma que os europeus do século XIX tratavam os africanos” (HARARI, 2018, p. 391). Indirectamente refere-se à estranheza que hoje causa, mesmo entre biólogos, o facto de a consciência e o pensamento serem um resultado da actividade existencial de um corpo, na sua íntegra, e não apenas da acção do cérebro. Ainda indirectamente refere-se aos que imaginam a vida da razão sem emoção (HIRSCHMAN, 1997), o que não é possível, na prática.

“A história das culturas humanas é, em grande medida, a narrativa da nossa resistência contra os algoritmos naturais através de invenções que não foram previstas por esses algoritmos” (DAMÁSIO, 2017, p. 279). As culturas são, ao mesmo tempo, resultados e contribuições para a homeostasia, para a luta da vida pela sobrevivência e pela sua projecção no futuro. O que nos faz perguntar porque é que as prisões são culturalmente isoladas das sociedades que as promovem e financiam, sem as quais elas não poderiam existir? E a razão de ser da existência de formas culturais capazes de confundir bem-estar e mal-estar, prazer e dor, poder e violência, distribuindo uns para cima e outros para baixo.

6 O desempenho moral das prisões

Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar, o meu coração fecha os olhos e, sinceramente, chora (Francisco Buarque de Holanda em *Fado Tropical*).

Uma diferença importante entre a cultura ocidental no início do século XX e a que vingou no pós-guerra foi a integração dos interesses do mundo operário e dos trabalhadores no centro da decisão política, através de regimes de concertação social associados à democracia partidária, e da admissão do voto universal, abrangendo, posteriormente, além dos trabalhadores, jovens e mulheres. O ideal de integração social, porém, esbarrou com a prova da realidade. Os níveis de desigualdade económica não deram sinais de abrandar (PIKETTY, 2013). Persistiu, apesar das melhores intenções, uma barreira social entre os de cima e dos de baixo (Figura 1). Os vagabundos e as classes perigosas, como os trabalhadores, foram-se substituídos, no imaginário moralista entre o pós-guerra e actualidade, pelos pobres, drogados, imigrantes, terroristas, todos imaginados terem razões para cometerem crimes com o objectivo de acompanhar a cultura consumista resultante do sucesso económico da segunda metade do século XX (MERTON, 1970).

As prisões, até aos 1970, enquanto a esperança na integração social orientava a acção social do Estado (GARLAND, 2001), eram pensadas como resquícios do passado de luta de classes com tendência para a abolição. Como notou Wacquant (2016), nesse período de tempo nem a opinião pública nem os intelectuais discutiam o assunto, pois o número de prisioneiros decrescia regularmente, a doutrina dos direitos humanos vingava e a confiança no progresso incluía, para lá da tecnologia e da economia, a moral integradora, incluindo a integração do antigo mundo colonial no concerto das nações e direito ao acesso às sociedades de consumo. A viragem política, hoje conhecida sob a designação de neoliberal, que substituiu as visões tecnológicas pós-industriais e as visões culturais pós-modernas, revelou-se ávida de fazer prisioneiros (GILMORE, 2007). Porém, o crescimento da actividade penal, nos seus diferentes aspectos sociais, policial, judiciais e penitenciários, não foi sinalizado nas ciências sociais antes da viragem do século, com Loïc Wacquant (2000).

A segredo social e intelectual em torno da evolução das prisões, e das pessoas excluídas das sociedades do pós-guerra (YOUNG, 1999), como se vivessem em sociedades à parte (CUNHA, 2002), foi e é uma das formas de omissão de registo de sinais de prevenção contra os totalitarismos de que sofrem as sociedades do século XXI. Falhada a integração social prometida, as sociedades ocidentais, ciências sociais e senso comum sintonizados, usaram o segredo penitenciário como sinal de irrelevância política e moral daquilo que pudesse passar nas prisões (incluindo centros penais para crianças e centros de detenção para pessoas indocumentadas). A ponto dos estados europeus simplesmente ignorarem, na prática, as Regras Penitenciárias Europeias em vigor (CRÉTENOT, 2014).

O modo irracional como também os democratas descartam, na vida quotidiana como na política, as estreitas relações entre as práticas de soberania, reais e virtuais, e as práticas penitenciárias, é sinal de dissonância cognitiva. Quando George W. Bush inaugurou a era da guerra global contra inimigos incertos, para dar sentido ao complexo militar-industrial dos EUA, quando se assumiu como polícia do mundo, abandonou os preceitos morais de respeitabilidade dos direitos humanos, inaugurou Guantanamo e exportou a tortura para Abu Ghraib, já se anunciava a era Trump: a era da pós-verdade, da irracionalidade, das coligações globais entre as extremas-direita de todo o mundo; a era da defesa política dos campos de concentração, alegadamente para combater o terrorismo e a imigração ilegal. Repensemos, a este luz, o que se tem dito e o que se sabe sobre a moral carcerária.

Em 1996, acompanhei um grupo de cidadãos que reclamavam, junto ao primeiro-ministro português, contra o estado das prisões no país. Um dos membros da comitiva perguntou ao assessor jurídico que nos recebeu a razão pela qual um homem com estreitas relações com o regime fascista, deposto em 1974, continuava, depois da idade compulsiva de aposentação, à frente da direcção das prisões, requisitado pelo Estado. A resposta do assessor foi ainda mais surpreendente do que a pergunta: “Onde quer que os metamos?”

À luz de um democrata, como o nosso interlocutor, um dos lugares apropriados ao labor directivo de pessoas fascistas pode ser o sistema prisional. Poucos meses antes, Marques Ferreira, então director-geral das prisões,

tinha ido à televisão dizer que as prisões estavam tomadas por máfias (sic). Alguns dias depois, veio dizer que não se intimidaria com as ameaças de morte e, passado pouco tempo, deixou de ser director-geral. O Estado nunca sentiu necessidade de esclarecer o caso, nem os jornais procuraram uma resposta para tal recuo perante um inimigo invisível.

O famoso segredo penitenciário, que se refere à extraordinária característica de, nas prisões, ninguém falar sobre o que lá se passa, encobre, com um véu transparente, alianças contra natura, nomeadamente entre traficantes de drogas ilícitas e autoridades. Alianças que não passam despercebidas a ninguém, embora não se tirem daí consequências práticas. Tal como acontece com as penas de prisão. O falhanço clamoroso das políticas proibicionistas (WOODIWISS, 1988) acaba por se constituir em finalidade absurda e secreta da política (AAVV, 2016), com a aquiescência popular e resignação das ciências sociais.

Há, pois, uma homologia entre a dificuldade da razão científica ter em conta aquilo que se passa por baixo das lutas pelo poder, o chamado trabalho sujo (DORES, 2017), e a dificuldade da opinião pública em reagir de forma racional aos segredos sociais, isto é, àquilo que toda a gente sabe e conhece e, ao mesmo tempo, todos negam estar a acontecer (COHEN, 2013).

Logo no princípio do século, dois dos fundadores da democracia portuguesa, Mário Soares e Freitas do Amaral (2003), associaram as políticas de George W. Bush às de Hitler. Foram acusados de radicalismo na comunicação social e politicamente ignorados, apesar da sua grande influência. Essa é a força do segredo social em torno da violência de Estado (DORES, 2014). Hoje, a ameaça fascizante continua a evoluir de formas cada vez mais evidentes, tanto nos EUA como em vários países europeus, como contágio que penetra as sociedades, por via política. A participação política das pessoas comuns continua baixa. No campo intelectual, surgem *best sellers* recentes de autores descrentes na democracia (BRENNAN, 2017; HARARI, 2018), que, após o fim da Guerra Fria, se imaginou eternamente assegurada com a abolição das ideologias e da história.

A moderna incorporação da repugnância à violência nas pessoas civilizadas (ELIAS, 1990) transforma a sua/nossa imaginação. A cultura moderna bloqueia a representação da parte violenta da realidade (HIRSCHMAN, 1997), de um modo que se tornou espontâneo, com o sucesso das ideologias modernas. As ciências sociais não escapam ao fenómeno (MALEŠEVIĆ, 2010; WIEVIORKA, 2005). Aquilo que é manifestamente negativo, tal como o racismo e a tortura institucionais no sistema criminal penal, ou a violação dos direitos humanos dos migrantes é irrelevado pela opinião pública e pela magistratura, como se tratasse de um problema técnico a ser ultrapassado a qualquer momento.

Essa imagem indutora de um conceito de autoridade ao mesmo tempo ameaçadora e protectora, torturadora e ordenadora, como o Deus bíblico, corresponde a uma hierarquização das qualificações. Em biologia, o primeiro cérebro (que regula as vísceras de forma reticular) é tido como inexistente ou secundário, quando é o primeiro na ordem da evolução. Na sociedade, há também pessoas que vão para a cidade e se esquecem dos seus ascendentes aldeãos. Em moral, tudo quanto seja mais elevado – biológica ou socialmente – deve ser protegido, sob pena de ameaçar todo o complexo edifício resultante do processo evolutivo. Os altos dignatários dos estados, por exemplo, reúnem-se para tomar decisões importantes e, todos sabemos, que as questões sobre os direitos humanos, quando são usadas, são-no por razões diferentes da obtenção de protecção da vida das vítimas. Nos processos crime, igualmente, a vítima é afastada dos processos e resta o debate entre a acusação e a defesa do arguido. Como diria Damásio, as emoções e a integralidade da humanidade são sistematicamente banidas pelos processos de modernização.

A moral, a distinção entre o bem e o mal, é oficialmente suspensa nas prisões. Os presos são, automaticamente, tratados como se fossem criminosos inatos e incorrigíveis, de modo que a sua legalmente desejável reintegração social se torna ainda mais difícil que antes de serem encarcerados. Os presos preventivos, apesar do princípio da presunção de inocência, são encarcerados nas mesmas prisões dos condenados, em condições muitas vezes piores. Os guardas são tratados como carrascos, mais ou menos piedosos, em nome do estado. Como me explicou um dia um tribunal, a violação de correspondência é crime, excepto se for realizada por uma entidade prisional. Ou, como me explicou um deputado, o uso da calúnia como arma política é admissível quando se trata de razões de segurança.

A manipulação ideológica das sociedades usa, de facto, a inversão da lógica hierárquica quando quer inverter a moral pública. Qualquer alto dirigente do Estado se transforma em representante do povo perante representantes de outros estados, num processo de identificação soberana entre súbditos e elites (AGAMBEN, 1998). Para consumo interno, os dirigentes optam por estar mais próximos de certas classes sociais do que de outras. Essa identificação, entre o povo e as elites, deixa de fora sempre os marginais, aqueles que, por vontade própria ou por impotência, não estão em condições de influenciar o poder, mas são instrumentalmente usados para expiar a imoralidade, como se os jogos de poder estivessem dela isentos. Deveremos dizer, com mais acuidade analítica e de modo controverso, que os presos são usados para desviar

as atenções populares da imoralidade dos jogos de poder, em particular a irresponsabilidade impune de uma parte dos dirigentes.

Além do povo que suporta as elites, representados no triângulo com vértice para cima na Figura 1, há todo um magma de gente (que pode ser indicado pelo volume de não votantes em eleições) cuja organização negativa depende de diversas formas de controlo social (MARCUSE, 1991). O proibicionismo das drogas tem um papel central nessa organização, na medida em que permite construir, junto dos que não desenvolvem expectativas de vida positivas, a opção entre integrar um sistema de subordinação rotineira assalariada ou um sistema de economia paralela publicitado pelos traficantes e pelas polícias como excitante e bem remunerado (CHAVES, 1999).



Fig. 2: Representação da sociedade insegura. Fonte: O autor, 2018.

As prisões são um instrumento mais de controlo da população desorientada. São lugares propícios à subversão de valores morais dominantes em razão da desorientação provocada pelos obstáculos organizados à socialização básica (ZIMBARDO, 2007). Onde a moral dominante é invertida: o povo, nas prisões, está representado pelos guardas e a elite, pelos presos (o vértice do triângulo de baixo da Figura 1). Os reclusos têm o direito de ser servidos e os guardas, embora tendo os presos à sua mercê, devem servi-los. Esta inversão da lógica social comum (em vigor no triângulo de cima da Figura 1) isola, socialmente, as práticas penais de tal modo que se tornam difíceis de compreender. Como se diz, só tendo vivido numa prisão se pode perceber (sentir) aquilo que por lá se passa. Sendo muito difícil de acreditar para quem nunca lá viveu (LEVI, 2013:61).

No mundo inferior da Figura 1, imaginado como correspondendo à omnipresença da ameaça de uso arbitrário da violência, a moral inverte-se. Os crimes passam a ser legítimos, se forem cometidos por pessoas autorizadas, alegando a defesa da sociedade, a parte superior da vida, imaginariamente isenta de violência. Essas pessoas autorizadas são-no em nome do estado defensor do povo.

Os presos são a representação das mordomias das elites: aqueles que não querem trabalhar, que beneficiam de direitos (de arguidos) e do serviço de hotelaria prestado pelas penitenciárias (com custos várias vezes superiores ao salário mínimo), que decidem, em vez de se sujeitar à ordem das coisas, inventar vidas diferentes para satisfazer desejos de superioridade em relação às suas origens.

É claro e evidente, se se pensar racionalmente, que a lógica invertida é irrealista. Mas o pensamento das pessoas em sociedade é frequentemente irrealista e irracional. Para muita gente, os pobres terem televisão, ou automóveis, ou frigoríficos, ou sapatos de marca, ou telemóveis, causa sentimento profundo de ultraje. Ultraje que alimenta a ideia de que os pobres afinal são ricos e se aproveitam da solidariedade do Estado. Ultraje que alimenta também o valor do argumento político para impor aos pobres assistidos pelo Estado uma panóplia de testes de recursos e de comportamentos como se eles estivessem presos, embora fora das penitenciárias: as chamadas armadilhas da pobreza.

Os presos, nesta interpretação, representam quem desperdiça as perspectivas de viver numa sociedade de assalariados conformados, tentando abusar dos privilégios oferecidos para consumismo, estragando a vida às outras pessoas, cuja liberdade acaba quando choca com a liberdade dos outros. Os presos representam a elite invertida: servem de bodes expiatórios para redimir a insegurança da segurança de empregos que servem apenas de ganha pão. Quando é necessário, as prisões servem também para sacrificar membros das elites dissidentes ou caídos em desgraça.

O estudo do desempenho moral das prisões modernas deve ter em conta o modo como os processos de hierarquização social, que desqualificam os presos, também desqualificam as ciências sociais, para fora das ciências naturais. A ruptura científica proposta por Damásio, de deixar de tratar do pensamento como autónomo relativamente aos corpos que o proporcionam, útil para a biologia e para as ciências sociais, abrindo-as para baixo e para cima dos campos de especialização habituais, permite às ciências sociais inquirir sobre a natureza humana sem perder de vista o livre arbítrio. Abre mais espaço para a compreensão científica sobre o desempenho moral das prisões modernas.

O alheamento daquilo que se passa acima e abaixo dos estratos das suas respectivas competências, no caso do senso comum, submisso relativamente às elites e desdenhoso relativamente aos prisioneiros, aos migrantes, aos nómadas, torna vulnerável a democracia e mais difícil a progressão do conhecimento. Cabe às ciências sociais evitar ficarem presas em tais armadilhas epistémicas.

A homeostasia produz espontaneamente, a nível social, um sentimento de insegurança que deve ser satisfeito recorrentemente, através da reflexão sobre o passado, a identidade de cada um, e a criação de expectativas, em particular sobre o extrato hierárquico social justo para cada um. A secundarização de soluções reticulares, geralmente submetidas por soluções hierárquicas, torna o isolamento social uma fonte suplementar de insegurança. Muita gente teme tornar-se dejectos humanos, por exemplo, se estiver doente de forma a não poder trabalhar. Aquilo que poderiam ser oportunidades de simbiose de diversidade humana, como acontece com as bactérias das nossas vísceras – a microbiota – tornam-se doenças sociais, como “despesas superiores às nossas possibilidades”, para o estado social e para o sistema financeiro.

As elites não escapam à insegurança. Decorre da incerteza da respectiva capacidade de manter privilégios. Estes, e a hierarquização que os autoriza, são admitidos socialmente em troca de responsabilidades sociais de direcção. Levadas a sério, tais responsabilidades podem levar ao sacrifício da vida das elites, em luta contra outras elites ou às mãos do povo (GIRARD, 1985). A experiência mostrou às elites a vantagem de separar as suas funções dirigentes da função de bodes expiatórios. Sempre que os riscos para a existência das sociedades se revelavam prementes, o que acontece a qualquer momento, como satisfazer os desejos de vingança-segurança das populações?

A arte da dominação evoluiu, primeiro pelas armas e depois por via económica, sempre abundantemente acompanhada por ideologias propícias para a construção de um espelho social que separa, virtualmente, a verdadeira sociedade (distinta, economicamente privilegiada, analisada pela história e pelas ciências sociais) da outra sociedade, a sociedade servil, estrangeira e/ou moralmente patológica (como as classes perigosas). Tal divisão admite ainda a preparação da outra sociedade para fins de satisfação dos desejos de retaliação, nomeadamente através do sistema de selecção social associado ao sistema criminal-penal.

Em termos nacionais, as ciências sociais, seguindo os senso comum, cercam a sociedade de sociedades estrangeiras e, internamente, de pessoas ou sociedades isoladas a requerer repressão/integração organizada pelos estados (KUHN, 2016). A resposta à insegurança ontológica, natural e ciclicamente em crise, pode ser dirigida pelas polícias e tribunais, com a ajuda dos trabalhadores sociais, para o sacrifício das classes perigosas.

Os nacionalismos, na Rússia, na China, nos EUA, na Turquia, na Hungria, e onde emergem, caracterizam-se por propor subordinar à força, sem diálogo, as partes que cumprem as funções inferiores das respectivas sociedades (descritas graficamente na Figura 1), representadas como estrangeiras (ou ao serviço do estrangeiro) para facilidade de manobra policial e ideológica. O que fazem, na verdade, é aumentar e dar prioridade a funções sociais repressivas instaladas pelos estados (como os campos de concentração de migrantes), sem crítica útil das ciências sociais. As ciências sociais auto-limitam-se a pensar a integração social, como se não houvesse repressão, elites fustigadas pela síndrome do bode expiatório e transferência desse risco para a parte inferiorizada das sociedades. Como se a sociedade e as evidências da sua existência fossem meramente expressivas e não biológicas.

Sem procederem à desconstrução epistémica dos segredos sociais, nas prisões e nas ciências sociais, das violências de estado a coberto de justificações de legitimidade, da satisfação dos sentimentos de retaliação de que sofrem as sociedades (sentimentos de insegurança) manipulada pela função penal do Estado, entre segredos e violências, as ciências sociais, tal como o senso comum, tornam-se submissos e incapazes de antecipar e de contribuir para a prevenção dos autoritarismos.

As gerações mais bem educadas de sempre, as de hoje, estão a revelar-se tão susceptíveis a apoiar a irracionalidade autoritária que toma paulatinamente conta dos estados como ocorreu, tragicamente, na primeira parte do século XX. As teorias sistémicas que concebem dogmaticamente fronteiras como muros

estanques, nomeadamente entre a natureza e a sociedade, e, por isso, se recusam a tomar parte e a colaborar na construção de melhores conhecimentos sobre o que é o mundo, podem ser desresponsabilizadas?

Nota 1: Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Nota 2: Este texto beneficiou dos comentários de José Eduardo Gonçalves, a quem o autor agradece e desresponsabiliza, evidentemente, por todos os erros que o leitor encontrar.

Referências

AAVV. **Law Enforcement Against Prohibition**. 2016. [online] Disponível em: <<http://www.leap.cc>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

AGAMBEN, G. **O Poder Soberano e a Vida Nua**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

AMARAL, D. F. **Do 11 de Setembro à crise do Iraque**. Lisboa: Bertrand, 2003.

BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **La Reproduction: éléments d'une théorie du système d'enseignement**. Paris: éditions de Minuit, 1970.

BRENNAN, J. **Contra a Democracia**. Lisboa: Gradiva, 2017.

BUTTERFIELD, F. Mistreatment of Prisoners Is Called Routine in U.S. **NY TIMES**, Nova Iorque, 8 mai. 2004.

CHAVES, M. **Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico**. Lisboa: ICS, 1999.

COHEN, S. **States of Denial: Knowing about Atrocities and Suffering**. Cambridge, Malden: Polity, 2013.

COMTE, A. **Cours de philosophie positive**. Paris: J.B.Baillière & fils, 1864.

CORBALLIS, M. C. **The Recursive Mind: The Origins of Human Language, Thought, and Civilization**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

CRÉTENOT, M. **Das Práticas Nacionais Para as Recomendações Europeias: iniciativas interessantes de Gestão das Prisões**. Lisboa: Antigone Edizioni - Observatório Europeu das Prisões, 2014.

CUNHA, M. I. **Entre o Bairro e a Prisão: Tráficos e Trajectos**. Lisboa: Fim de Século, 2002.

DAMÁSIO, A. **A estranha Ordem das Coisas: a vida, os sentimentos e as culturas humanas**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2017.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano**. Lisboa: Europa-América, 1994.

DAVIS, A. Y. **Abolition Democracy: beyond Empire, Prisons, and Torture**. New York: Seven Stories Press, 2005.

DIEL, P. **La peur et l'angoisse**. 1a. ed. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2004.

DORES, A. Reinserção social é fora das prisões. In: DUARTE, V.; GOMES, S. (Eds.). **Espaços de Reclusão: questões teóricas, metodológicas e de investigação**. Maia: Edições ISMAI, 2017.

DORES, A. P. Medo e vergonha: emoções comunitárias e emoções sociais. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 7, p. 43-54, 2011.

DORES, A. P. Os erros de Damásio. **Sociologia Problemas e Práticas**, n. 49, 2005.

DORES, A. P. Violence in society. **Pensamiento Americano**, v. 7, n. 13, p. 144-162, 2014.

ELIAS, N. **O Processo Civilizacional**. v. I e v. II. 1a. ed. Lisboa: D. Quixote, 1990.

- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.
- GARLAND, D. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GILMORE, R. W. **Golden Gulag: prisons, surplus, crisis and opposition in globalizing California**. Berkeley: University of California Press, 2007.
- GIRARD, R. **La Route Antique des Hommes Pervers**. Paris: Bernard Grasset, 1985.
- HARARI, Y. N. **Homo Deus: História Breve do Amanhã**. Lisboa: 20/20 Editora, Elsinore, 2018.
- HIRSCHMANN, A. O. **As Paixões e os Interesses**. Lisboa: Bizâncio, 1997.
- ITURRA, R. **A construção social do insucesso escolar: Memória e aprendizagem em Vila Ruiva**. Lisboa: Escher, 1990a.
- ITURRA, R. **Fugirás à escola para trabalhar a terra**. Lisboa: Escher, 1990b.
- JAKOBS, G.; MELIÁ, M. C. **Derecho Penal del Enemigo**. Madrid: Cuadernos Civitas, 2003.
- KUHN, M. **How the Social Sciences Think about the World's Social: Outline of a Critique**. Stuttgart: Ibidem, 2016.
- LAHIRE, B. **Monde pluriel: Penser l'unité des sciences sociales**. Paris: Seuil, 2012.
- LAHIRE, B. **O Homem Plural: As Molas da Acção**. Lisboa: Piaget, 2003.
- LEVI, P. **Se isto é um homem (10a)**. Lisboa: Teorema, 2013.
- MALEŠEVIĆ, S. **The Sociology of War and Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MARCUSE, H. **The New Forms of Control**. London: Routledge & Kegan, 1991. 1a ed. MARCUSE, H. **One-Dimension Man**. Boston: Beacon Press, 1964. p. 3-20.
- MEAD, G. Cooley's Contribution to American Sociological Thought. **American Journal of Sociology**, v. 35, p. 693-706, 1930.
- MERTON, R. K. **Estrutura social e Anomia**. In: MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 203-233.
- MOUZELIS, N. **Sociological Theory: What Went Wrong? diagnosis and remedies**. London: Routledge, 1995.
- PALIDDA, S.; GARCIA, J. Á. B. (Eds.). **Criminalización racista de los migrantes en Europa**. Granada: Comares Editorial, 2010.
- PECK, M. S. **Gente da Mentira: A Esperança para Curar a Maldade Humana**. Cascais: Sinais de Fogo, 2001.
- PIKETTY, T. **Le capital au XXI siècle**. Paris: Seuil, 2013.
- SACARRÃO, G. F. **A Biologia do Egoísmo**. Lisboa: Europa-América, 1982.
- SCOTT, J. C. **A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SNOW, C. P. **Duas Culturas**. Lisboa: D.Quixote, 1956.
- THERBORN, G. **Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction**. In: THERBORN, G. (Ed.). **Inequalities of the World: New Theoretical Frameworks, Multiple empirical approaches**. London: Verso, 2006. p. 1-58.
- WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Oeiras: Celta, 2000.

WACQUANT, L. **The puzzling return of prisons in the 21st Century**. 2016. [online] Disponível em: <<https://portal.oa.pt/media/119669/conferencia-internacional-as-nossas-prisoas-vfinal.pdf>>.

WEBER, M. **Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. London and NY: Routledge, 2005.

WIEVIORKA, M. **La Violence**. Paris: Hachette Littératures, 2005.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. **The Spirit Level: why more equal societies almost always do better**. London: Penguin Books, 2009.

WOODIWISS, M. **Crime, Crusades and Corruption: Prohibitions in the United States, 1900-1987**. London: Piter Publisher, 1988.

YOUNG, J. **The Exclusive Society**. London: Sage, 1999.

ZIMBARDO, P. **The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil**. New York: Random House, 2007.